

(equipamentos servidores), com entrega, instalação e garantia de funcionamento on-site, no Distrito Federal, pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses, para a Controladoria-Geral da União - CGU e o Ministério da Educação - MEC, especificados no item 1 da Tabela do subitem 2.4 do Termo de Referência, anexo III do edital de Pregão nº 4/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

RECURSOS: R\$ 2.903.575,00 (dois milhões, novecentos e três mil e quinhentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 29/03/2022 a 29/03/2023.

DATA DE ASSINATURA: 29/03/2022.

SIGNATÁRIOS: Pela CGU, a Sra. VIVIAN VIVAS, Diretora de Gestão Interna, e o Sr. HENRIQUE APARECIDO DA ROCHA, Diretor de Tecnologia da Informação, e pela empresa DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., o Sr. JADER EDUARDO LOPES ANDRADE.

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 2/2021

Processo: 19.00.6181.0000318/2022-78. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: ASC - SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA. CNPJ: 02.961.711/0001-58. Finalidade: I - Repactuar, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2022, de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2022 do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros Urbanos, Interestadual, Especial, Escolar, Turismo e Carga do DF - SINTTRATER, registrada em 13 de janeiro de 2022 no MTE sob o nº DF000009/2022, os itens da planilha de preços; II - Reajustar o valor do Contrato CNMP nº 2/2021, com efeitos retroativos a 4 de janeiro de 2022, em 10,38% (dez vírgula trinta e oito por cento), com base no IPCA de janeiro de 2021, referente ao acumulado nos últimos doze meses, nos termos do parágrafo primeiro da Cláusula Nona do instrumento original. Valor do Termo: R\$ 148.449,64 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). Data de Assinatura: 28/3/2022. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 0100000000. Natureza da Despesa: 3.3.9.0.37.01 (Locação de mão de obra). Nota de Empenho: 2022NE000079. Signatário da Contratante: MATEUS WILLIG ARAUJO, CPF nº XXX.487.651-XX. Signatário da Contratada: PATRÍCIA GOMES DE SOUZA, CPF nº XXX.543.231-XX.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2022 - UASG 590001

Nº Processo: 1300.6732/2021-28. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços técnicos profissionais de operação de áudio e vídeo, a serem executados por postos de trabalho no Conselho Nacional do Ministério Público, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, seus anexos e planilha de custo da contratação.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 30/03/2022 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul, Quadra 02, Lote 03, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/590001-5-00004-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 30/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 11/04/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

MARCIEL RUBENS DA SILVA
Pregoeiro

(SIASGnet - 29/03/2022) 590001-00001-2022NE000999

Ministério Público da União

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.301/2022

Termo de Credenciamento nº 1301/2022, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a KALINE ODONTOLOGIA LTDA para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 1.00.000.000289/2022-25. Vigência: 28/03/2022 a 27/03/2027. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) e pelo Credenciado KALINE DE SOUSA FERREIRA (Administradora).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.285/2022

Termo de Credenciamento nº 1285/2022, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o IOngever centro de convivência LTDA para prestação de Serviços Paramédicos. PGEA: 1.00.000.021548/2019-56. Vigência: 28/03/2022 a 17/03/2027. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) e pelo Credenciado MESSIAS RODRIGUES FERNANDES (Administrador).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1280/2022

Termo de Credenciamento nº 1280/2022, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o HO SOBRADINHO SALUTE LTDA para prestação de Serviços Médicos. PGEA: 1.00.000.022137/2021-01. Vigência: 28/03/2022 a 22/03/2027. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) e pelo Credenciado ROGERIO DE SOUZA FURTADO (Administrador).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 928/2021

Termo de Credenciamento nº 928/2021, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO UNIÃO e COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DA BAHIA. Objeto: Prestação de Serviços MÉDICOS. Processo: 1.14.000.000758/2021-30. Vigência: 28/03/2022 a 27/03/2027. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL, pelos Credenciados CARLOS EDUARDO ARAGÃO DE ARAÚJO e JEDSON DOS SANTOS NASCIMENTO.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Secretaria-Geral - Espécie: Termo de Rescisão ao Contrato nº 045/SG/MPDFT/2017. Processo nº 08191.091135/2017-34. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: CEB Distribuição S.A.; CNPJ: 07.522.669/0001-92. Objeto: Rescindir o Contrato n.º 045/SG/MPDFT/2017, por mútuo acordo, tendo em vista a necessária transferência de titularidade da fatura para a empresa construtora, em razão da retomada das obras de construção da edificação, com amparo na Cláusula Décima - Da Rescisão, do contrato originário. IDENTIFICAÇÃO CEB 1.771.152-5. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-geral; CONTRATADA: ANTÔNIO CARLOS MORAIS DE QUEIROZ, procurador, FABIOLA MARIA DA CRUZ DE ALMEIDA, procuradora. Data de assinatura MPDFT: 21/03/2022. Data de assinatura CONTRATADA: 29/03/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratantes: União Federal, por intermédio do Ministério Público Federal - MPF, e Internacional Association of Prosecutors - IAP (Associação Internacional de Procuradores). Objeto: Pagamento da anuidade de 2022 da Internacional Association of Prosecutors - IAP. Valor estimado: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93, atualizada. Ratificação: Autoridade Superior - Artigo 26, da Lei nº 8.666/93 - Cleuber Delano José Lisboa Filho, Secretário Executivo da Secretaria-Geral do MPF. Processo: 1.00.000.004732/2022-37.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo de Cooperação Técnica entre o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria-Geral da República, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. OBJETO: Disciplinar o intercâmbio de tecnologias, conhecimentos e bases de dados entre os partícipes. DATA e ASSINATURA: 29/03/2022. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data da assinatura. ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO, Secretária-Geral, e CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR, Procurador-Geral de Justiça. Documento PGR-00105503/2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2019. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa EXCIMER TECNOLOGIA, COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA A EQUIPAMENTOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA. CNPJ:10.293.515/0001-80. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência contratual, resguardar o direito da CONTRATADA de solicitar o reajuste e adequar o Contrato ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dado. Vigência: 12/07/2022 a 11/07/2023. Data de Assinatura: 22/03/2021. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 14.949,00. Valor Global do Contrato: R\$ 93.857,04. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração; e pela Contratada, SÉRGIO ANTÔNIO LEITÃO DO VALE Processo MPF/PGR: 1.00.000.016446/2018-38.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 40/2020. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa FERSAN ARQUITETURA E TECNOLOGIA EIRELI. CNPJ: 26.968.073/0001-65. Objeto: Reequilíbrio econômico-financeiro do valor total contratado em cerca de 44,7% (quarenta e quatro vírgula sete por cento), nos termos do art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93. Vigência: 25/03/2022 até 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo. Data de Assinatura: 25/03/2022. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 1.577.486,99 (um milhão, quinhentos e setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos). Valor Global do Contrato: R\$ 1.577.486,99 (um milhão, quinhentos e setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos). Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração; e pela Contratada, MARCO ANTÔNIO FERREIRA SANTOS. Processo MPF/PGR: 1.00.000.011803/2020-96.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2022 - UASG 200208

Nº Processo: 1.01.488/2021-15. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de 02 (dois) elevadores da marca Atlas, incluindo o fornecimento de peças e materiais, instalados no edifício da Procuradoria Regional da República da 1ª Região — PRR1.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 30/03/2022 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Sas Quadra 05 Bloco e Lote 08, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/200208-5-00001-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 30/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 11/04/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

ROSIMEIRE RUFINO DA ROCHA
Pregoeira

(SIASGnet - 29/03/2022) 200100-00001-2022NE000001

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Termo de Convênio. OBJETO: Celebrar o Convênio objetivando a concessão de estágio de ensino superior. CONVENIENTES: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria Regional da República da 4ª Região, e Universidade de Caxias do Sul - UCS. Vigência: 03 anos. Data e assinatura: 15/03/2022. Dr. Antonio Carlos Welter, Procurador Chefe da Procuradoria Regional da República na 4ª Região e Evaldo Antonio Kuiava, Reitor da Universidade de Caxias do Sul - UCS. Processo Administrativo 1.04.000.000043/2022-12.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MPF/PRR5 Nº 6/2019

Contratantes: UNIÃO, por intermédio da PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO, e a empresa B1 VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ: 15.195.617/0001-87. Objeto: a repactuação dos valores contratados, em razão de reajuste salarial promovido pela Convenção Coletiva de Trabalho CCT-2022. Assinam, em 28/03/2022, pela PRR-5ª Região, Clarinda Veloso, Secretária Regional e, pela empresa, Nilton Sérgio Zanini, Representante.



EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MPF/PRR5 Nº 7/2020

Contratantes: União/PRR-5ª Região e a D&L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA., CNPJ 09.172.237/0001-24. Objeto: a repactuação dos valores contratados, em razão de reajuste de salário, auxílio-alimentação e coberturas sociais, promovidos pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT-2022), reajuste no vale-transporte e reajuste nos materiais. Assinam eletronicamente, em 25/03/2022, pela PRR-5ª Região, Clarinda Veloso, Secretária Regional e, pela empresa, em 29/03/2022, Luanna Simões Pereira, representante legal.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS e ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 ano(s)- 25/03/2022 a 24/03/2025. Data e assinatura: 25/03/2022. Rafael da Silva Rocha, Procurador-chefe em exercício e Rosange Maria dos Santos Pinto, Diretora Regional UNIP Manaus (ASSUPERO ENSINO SUPERAL LTDA).

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Sexto Termo Aditivo ao Contrato 4/2019 - Contratante: União, por intermédio do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado de Goiás - PR/GO, CNPJ: 26.989.715/0014-27. Contratada: Tríplice Administração e Serviços EIRELI, CNPJ nº 21.750.520/0001-91. Objeto: Prorrogação do vencimento do mencionado Contrato, referente à contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, para a sede da Procuradoria da República no município de Rio Verde - GO. Novo vencimento: 08/04/2023. Assinam: Gina Lobrígida Mendes, Secretária Estadual da Contratante; Fernando Barros de Sousa, representante da Contratada. Aprovação do Procurador-Chefe substituto da PR/GO, Alexandre Moreira Tavares dos Santos. Processo de referência nº 1.18.003.000412/2018-67. Data da assinatura: 22/05/2020.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2014. Contratantes: A União, por intermédio da Procuradoria da República em Mato Grosso. Contratado: Sr. Waldemar Akira Koike, CPF nº 112.353.491-87. Contrato nº 5/2014. OBJETO DO CONTRATO: locação de imóvel, situado à Rua Dom Bosco, Lote 9A, Quadra 14, nº 09, Bairro Jardim Guanabara, 78710-160, Rondonópolis/MT, com área total de 1.119,35 m², sendo 520,50 m² de área construída e 513,80 m² de área reservada, com acesso pela Rua Dom Bosco. A área construída constitui-se de 01 pavimento térreo, 12 (doze) vagas cobertas de estacionamento privativo e 10 vagas não cobertas, tendo acesso pela Rua Dom Bosco. OBJETO DO TERMO ADITIVO: a) prorrogar o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, 02/06/2022 a 01/06/2023; b) o valor do aluguel mensal passará a ser de R\$ 11.168,23 (onze mil cento e sessenta e oito reais e vinte e três centavos), a partir de 02/06/2022. DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 24/03/2022. VALOR GLOBAL ESTIMADO DO TERMO: R\$ 134.018,76 (cento e trinta e quatro mil, dezoito reais e setenta e seis centavos). Nota de Empenho: 2022NE000008, de 12/01/2022. Programa de Trabalho: 03062003142640001. Elemento de Despesa: 33.90.36 ASSINATURAS: Francisco de Assis Ferreira Pimenta, pela contratante; Waldemar Akira Koike, pela contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2022

Contratante: A União, por intermédio da Procuradoria da República em Mato Grosso. Contratada: COBIANCHI & PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.153.073/0001-62. OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada no fornecimento, de forma parcelada, de água mineral sem gás, envasada em garrações de 20 litros. Modalidade: Dispensa de Licitação art. 24, II da Lei 8.666/93. VIGÊNCIA: 31/12/2022. Data de Assinatura: 28/03/2022. Valor Estimado: R\$ 3.135,00 (três mil cento e trinta e cinco reais). Nota de Empenho: 2022NE61, datada de 14/03/2022. Programa de Trabalho: 03062003142640001. Elemento de Despesa: 33.90.30. Processo Administrativo: 1.20.005.000245/2021-81. ASSINATURAS: Francisco de Assis Ferreira Pimenta, pela contratante. Sueli Dias Pereira Cobianchi, pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MPF/PB Nº 8/2018

ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2018. PROCESSO nº 1.24.000.001484/2021-. CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado da Paraíba. CONTRATADA: D&L - SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, CNPJ 09.172.237/0001-24. OBJETO: incluir a SUBCLÁUSULA QUARTA da CLÁUSULA TERCEIRA - Dos Valores para permitir o ressarcimento dos valores de auxílio-alimentação decorrentes do pagamento concomitante ao funcionário e ao seu substituto FUNDAMENTO LEGAL: alínea d, art.65, da Lei nº 8.666/93, observando, ainda, o Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho nº PB000108/2021. DATA DA ASSINATURA: 29.03.2022. ASSINAM: João Monteiro de Lima Netto - Secretário Estadual da PR/PB, pela CONTRATANTE, Luanna Simões Pereira - Representante pela CONTRATADA.

EXTRATO DE 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MPF/PB Nº 16/2017

ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2017. PROCESSO nº 1.24.000.001487/2021-93. CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado da Paraíba. CONTRATADA: D&L - SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, CNPJ 09.172.237/0001-24. OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto incluir a SUBCLÁUSULA QUARTA da CLÁUSULA TERCEIRA - Dos Valores para permitir o ressarcimento dos valores de auxílio-alimentação decorrentes do pagamento concomitante ao funcionário e ao seu substituto. FUNDAMENTO LEGAL: Alínea d, art. 65 da Lei 8.666/93, observando, ainda, o Termo Aditivo a convenção coletiva de trabalho nº PB000128/2021. DATA DA ASSINATURA: 29.03.2022. ASSINAM: João Monteiro de Lima Netto - Secretário Estadual da PR/PB, pela CONTRATANTE, Luanna Simões Pereira - Representante legal pela CONTRATADA.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 4/2021. CONTRATANTES: União por intermédio da Procuradoria da República em Santa Catarina e a empresa Mobra Serviços de Vigilância Ltda. OBJETO: Prorrogação contratual por mais 12 meses, redução do aviso prévio e repactuação pela CCT 2022. VALOR MENSAL: 4.948,04 (quatro mil e novecentos e quarenta e oito reais e quatro centavos). Vigência: 18/04/2021 a 17/04/2023. Data e assinatura: 25 de março de 2022, Maximiliano Eller pela Contratante e Rafael Casero Gonzalez pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2019

ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 33/2019; PROCESSO PR-SP/DICGC:1.34.001.006663/2019-11; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: PLATAFORMA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI;CNPJ: 02.738.552/0001-27; OBJETO: Alteração da Cláusula Décima Sétima - Vigência do Contrato Originário; ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINÁRIO: O presente contrato, observado o inciso II do artigo nº 57 da Lei nº 8.666/93, passará a ter vigência de 03 de setembro de 2022 a 02 de setembro de 2023; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: EDILENE SILVANA PEREIRA; DATA DE ASSINATURA: 28/03/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 02º Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2020. PGEA 20.02.0800.0000410/2020-40. Contratantes: União Federal, por intermédio da PRT-8ª Região e a empresa EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CNPJ nº 34.028.316/0018-51. Objeto: Serviço de entrega de correspondências, SEDEX, Malote, PAC, para a Sede da PRT- 8ª em Belém e PTMs de Macapá, Marabá e Santarém. Fica o Contrato original prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 30/04/2022 até 30/04/2023. O contrato tem seu valor estimado em R\$ 93.899,76 (noventa e três mil oitocentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos). Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições contidas no instrumento original. Data da Assinatura: 24/03/2022. Assinam: Dr. Sandoval Alves da Silva, Procurador-Chefe da PRT-8ª Região e a Sra. Helen Aparecida de Oliveira Cardoso, pela Contratada.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EXTRATO DE RESCISÃO

Contratante: União Federal/PRT 9ª Região. Contrato nº 034/2018. Processo nº 20.02.0900.0003125/2018-28. Contratada: WHS - CLÍNICA MÉDICA OCUPACIONAL E ENGENHARIA DE SEGURANÇA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF 23.888.017/0001-22. Objeto do contrato: Prestação de serviços de perícias e avaliações médicas e odontológicas para atender demandas da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, a saber, membros e servidores lotados na Sede da PRT 9ª Região, bem como seus familiares, e outras pessoas eventualmente encaminhadas pela PRT 9ª Região, como candidatos a cargo público, estagiários e aprendizes. Espécie: Termo de Rescisão Contratual. Objeto: Rescisão amigável do contrato, a partir de 10/04/2022, com fundamento no artigo 79, II, da Lei 8666/93. Assina: Margaret Matos de Carvalho, Procuradora-Chefe, pela contratante e Guilherme Szmecszak Napoleão pela contratada. Data da assinatura: 17/03/2022.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

AVISO DE PENALIDADE

A Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região torna pública a aplicação das penalidades de Multa, no valor de R\$ R\$ 14.597,61(quatorze mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e um centavos), referente a 10% sobre o valor total do Contrato 007/2020 e Suspensão Temporária de Participação em Licitações e Impedimento de Contratar com esta Administração, pelo período de 02 (dois) anos, à empresa MILLENIUM SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ 25.084.798/0001-28, em virtude da inexecução total do Contrato 004/2020, de acordo com o contido no PGEA nº 20.02.1100.0000065/2022-81.

AFRANIO COSTEIRA DE FIGUEIREDO FILHO
Diretor Regional

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo do Contrato Administrativo n.º 4/2020, pactuado o objeto de prestação de serviços de implantação e operação de sistema informatizado de administração e gerenciamento de despesas da frota de veículos oficiais da PRT15 com a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - EPP, CNPJ 05.340.639/0001-30. Processo: 20.02.1500.0000942/2020-08. Objeto do Termo: Prorrogação da vigência contratual, por mais 12 meses, a contar de 10/05/2022, e remanejamento dos valores estimados na Tabela 3 - Montante Mensal de Gastos, constante do Termo de Referência do Edital do Pregão nº 02/2020. Nova Vigência: 09/05/2023. Assinam: pela contratante, Eduardo Luís Amgarten - Vice-Procurador-Chefe da PRT da 15ª Região, e, pela contratada, Renata Nunes Ferreira, em 24/03/2022.

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA-GERAL ADJUNTA DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 472/2022-TCU/SEPROC, DE 24 DE MARÇO DE 2022

Processo TC 020.013/2021-3 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA a empresa Supereventos Equipamentos e Produções Ltda, CNPJ 04.389.564/0001-19, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 24/3/2022: R\$ 873.725,62; em solidariedade com o responsável Paulo Ricardo Lemos - CPF: 355.282.300-04.

O débito decorre da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por força do projeto cultural Pronac 060535, cujo nome é "Poema - Projeto OSPA de Educação Musical Aplicada, em face da impossibilidade de atestar a execução do objeto pactuado devido à ausência de documentos probatórios na prestação de contas enviada pelo proponente. A irregularidade caracteriza infração ao art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 93 do Decreto-lei 200/1967. Art. 66, caput, do Decreto 93.872/1986. Artigo 79 da IN nº 1/2010. Artigo 71, § 2º da IN nº 1/2012. Artigo 75, § 2º da IN nº 1/2013. Artigo 48 da IN nº 5/2017.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento dos débitos atualizados e acrescidos de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 24/3/2022: R\$ 1.262.945,34; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; d) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas

